

GESTÃO DE CUSTOS EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

Leodair Antonio Sasso

Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável - Unochapecó
leodair@unochapeco.edu.br

Fernando Bernardi

Mestre em Engenharia de Produção – UFSM
fernandobernardi@gmail.com

RESUMO

Na agricultura é pouco discutido o assunto de controle e gerenciamento de propriedades com gestão de custos, este contexto deveria ser repensado e posto em prática em todas as empresas rurais, tendo em vista os benefícios que a gestão proporciona. Uma boa gestão rural, aonde são anotadas as entradas e saídas, pode garantir o futuro da propriedade, aonde o proprietário consegue detectar as falhas, prever possíveis prejuízos, mudar a forma de trabalho quando necessário, obter o lucro líquido e planejar seus investimentos. São diversas as atividades praticadas na agricultura, dentre elas uma que é pouco mencionada é a olericultura. São poucos os produtores que trabalham apenas com esta atividade, geralmente trabalham com mais de uma. O presente trabalho é baseado em uma pesquisa aplicada a campo, aonde abrange dez propriedades rurais do município de Quilombo - SC, que trabalham com olericultura. Deste modo, foi possível definir quais são as principais fontes de renda dentre as propriedades analisadas, se é feito e como é praticado o controle de custos nas mesmas, e acima de tudo, descobrir quais são as dificuldades que os proprietários encontram ao fazer o controle interno na propriedade, e qual é a importância que dão para a prática da gestão. Com base nos resultados, ficou evidente que as famílias trabalham nas atividades de olericultura, lavouras, pecuária, produção leiteira e bovinocultura. Apenas 50% das propriedades analisadas praticam a gestão de custos, e a maior parte delas utilizam livros caixa. Ficou claro que 70% das propriedades possui algum membro da família formado com algum curso na área de gestão, e que o grau de escolaridade não interfere para se tornar um gestor rural. Todos os familiares entrevistados acreditam na importância que a gestão proporciona, pois é possível obter um relato dos acontecimentos dentro da propriedade. Contudo, os gestores rurais destas propriedades se deparam com algumas dificuldades para exercer o papel.

Palavras-chave: gestão de custos, olericultura, gestor rural, propriedades.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o estudo, muitos produtores não levam anotado os acontecimentos da propriedade, tais como compra e venda de produtos, investimentos com máquinas e terras, em consequência disto, surgem falhas e deficiências na gestão rural, aonde não é possível detectar aonde está o problema, principalmente nos casos aonde possuem mais de um ramo de atividade.

A melhor forma pra detectar as falhas seria praticar um controle interno na propriedade, separadamente para cada ramo de atividade, levando em consideração por exemplo, entradas e saídas, para que, consiga-se perceber o que é preciso mudar para melhorar o rendimento ou produção, analisar em que ramo é necessário investir e se é viável. Contudo, sempre deve-se levar em consideração o aumento da produtividade, com qualidade

e redução de gastos, visando lucro, sempre buscar isso de forma equilibrada evitando prejuízos em outras áreas.

Atualmente é difícil encontrarmos propriedades familiares rurais estruturadas economicamente com controles adequados. A gestão de custos quando é praticada dentro das propriedades, proporciona melhor desempenho. Deste modo, optou-se pelo tema de gestão de custos, com a finalidade de entender o que está acontecendo dentro das propriedades rurais.

As dez propriedades que serão averiguadas, serão as que trabalham com olericultura no interior do município de Quilombo. Os objetivos serão definir quais são as principais fontes de renda dentre as propriedades analisadas, se é feito e como é praticado o controle de custos nas mesmas, e acima de tudo, descobrir quais são as dificuldades que os proprietários encontram ao fazer o controle interno na propriedade, e qual é a importância que dão para a prática da gestão.

No entanto, após a averiguação dos dados, espera-se que os proprietários tomem uma posição frente às questões expostas, e optem pela prática da gestão de custos, tendo em vista que trarão benefícios as propriedades.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Desenvolvimento regional do país

Segundo Arbabe (2003), houve um marco na história da economia brasileira em meados do século XX, foi um período de turbulência e desconfiança internacional, aonde alterou o panorama interno e externo brasileiro. Neste século, ocorreu a chamada Grande Depressão de 1929, aonde a crise afetou os consumidores internacionais, impulsionando o Brasil a tomar novos rumos de exportações, e foi aí que surgiu o processo de industrialização. Neste processo desenvolvimentista, surgiram às indústrias de base, aonde a produção satisfazia a necessidade de outras indústrias, na produção de máquinas e matéria-prima, estas indústrias eram a siderurgia, petroquímica e química fina. Alguns anos depois, a renda do setor industrial já superava a renda dos produtos primários. Nesta época ocorreu a transição aonde a economia que era voltada para o setor rural ganhou ênfase no setor industrial no meio urbano. Em meio à transição, percebeu-se que era preciso estudar o setor rural, pois estava limitando o desenvolvimento econômico nacional.

Arbabe (2003) comenta, que com o intuito de reerguer a produção rural, implantou-se uma revolução tecnológica na agricultura, aonde foi repensado sobre as questões agrícolas e agrárias, e restaurados os processos de produção, com a finalidade de produzir maior diversidade de produtos com redução de custos, aumentando o consumo dos mercados. O aumento da demanda impulsionou os produtores rurais a aumentar a produtividade em suas propriedades, neste caso, os pequenos produtores sofreram consequências, pois se tornou difícil atender a procura do mercado consumidor, já que o tamanho da propriedade era incompatível para o aumento de produção.

Baer (2002), afirma que após a Segunda Guerra Mundial, a expansão da agricultura teve dois períodos, um foi marcado pelo aumento de terras cultivadas, nos anos entre 1945 e 1970, e o segundo após 1970, este foi caracterizado pelo aumento da produção agrícola.

2.2 Agricultura e o desenvolvimento econômico

De acordo com Crepaldi (2012), o Brasil apresentou uma grande industrialização nos últimos anos, resultando numa migração de pessoas da área rural para a área urbana. Contudo,

a agricultura continua sendo fundamental para o desenvolvimento do país, já que os principais produtos industrializados são oriundos da agricultura. Toda a exploração da terra que resulte em produtos necessários às necessidades humanas, é denominada agricultura, sendo que a mesma ajuda no desenvolvimento do país de diversas formas, sendo elas: produção de alimentos baratos com qualidade; produção de matéria-prima para as indústrias; exportação de produtos e melhora das condições de vida dos trabalhadores rurais.

Crepaldi (2012) comenta sobre a produção na agricultura, onde a produtividade está se aperfeiçoando dia-a-dia, tornando-se necessários aos agricultores a obtenção de conhecimentos e novas formas de manejo no cultivo dos produtos. Assim ocorrem com a suinocultura, bovinocultura, lavouras entre outros. Neste contexto, a produção fica aperfeiçoada de acordo com o investimento intensificado em cada área, mudança nas formas de plantio, trato dos animais, higiene no local de trabalho, estruturas adequadas com modelos padrões, e etc... . Isto gera custo para o agricultor, para alguns que dependem apenas de um ramo de produção, quando ocorre queda nos preços levam sérios prejuízos.

Para Crepaldi (2012), o agricultor antes de escolher uma atividade como forma de renda familiar, deve conhecer bem o ramo, fazer pesquisas no mercado consumidor, analisar se o produto é comercializado na região, identificar a melhor forma de produção, e acima de tudo analisar os recursos que possuem para investimento no ramo escolhido. Desta forma, o agricultor pode ver o que melhor se adapta ao meio em que vive, de acordo com o clima, o solo, o mercado para os produtos e os recursos naturais. Para melhores informações podem ser consultados as Cooperativas e os Sindicatos. Afirma ainda que o Agronegócio é o motor da economia nacional, e que a agricultura ganhou destaque no desempenho do desenvolvimento econômico por ser um setor dinâmico e impulsionar os demais setores (indústrias, comércios etc.).

Marion (2012) cita os principais ramos da produção agrícola e classifica em 3 (três) grandes grupos, conforme tabela 01. O mesmo destaca também a atividade pecuária, que não é mostrada na tabela, mas possui influência positiva no setor econômico, devida a quantidade elevada de criação de bovinos no Brasil.

Tabela 01: Atividades e suas culturas

Atividade agrícola:	- Cultura hortícola e forrageira; - Arboricultura;
Atividade zootécnica:	- Apicultura; - Avicultura; - Cunicultura; - Pecuária; - Piscicultura; - Ranicultura; - Sericultura; - Outros pequenos animais;
Atividade agroindustrial:	- Beneficiamento do produto agrícola; - Transformação de produtos zootécnicos; - Transformação de produtos agrícolas.

Fonte: Dados da pesquisa

Arbage (2003) comenta que ao longo dos séculos, a agricultura brasileira passou por grandes transformações desenvolvendo-se economicamente. O alicerce da economia nacional durante este período foi a produção para exportação, originada nas grandes propriedades rurais. No entanto, existiram dois tipos de agricultura na história, uma é aquela em que os pequenos produtores plantavam e produziam para o consumo próprio e vendiam apenas o

excedente, e a outra, caracterizou os ciclos econômicos do país, ocasionando nascimento e decadência de algumas regiões, como é o caso da cana-de-açúcar, pau-brasil, é a exploração da borracha.

Arbage (2006, p. 81) comenta sobre as diferenças entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico:

De uma maneira geral entende-se por crescimento econômico a expansão contínua dos indicadores econômicos, sobretudo a taxa de crescimento de renda per capita em relação ao crescimento demográfico, bem como a mensuração de outros indicadores relacionados a aspectos quantitativos, como por exemplo; dados de produção e de demanda de agregados, consumo de Kw/habitante/mês, produção de alimentos e renda per capita e produtividade de produção, entre outros.

Já a expressão desenvolvimento econômico está mais associada a quantificação de indicadores sociais. Os indicadores sociais frequentemente analisados são basicamente: índice de concentração de renda, número de analfabetos em relação a população adulta, expectativa de vida da população, mortalidade infantil, número de leitos hospitalares, de professores e de médicos per capita, consumo diário de calorias per capita, etc.

Arbage (2003) relata que a agricultura desempenha um papel importante na economia, pois a inflação diminui à medida que os agricultores produzem com menos custos, ou seja, se o alimento é vendido barato, o salário dos trabalhadores urbanos podem ser menores. Como todo investimento, a agricultura também tem seus altos e baixos e deve compreender algumas especificações como:

- O agricultor deve produzir atendendo a demanda do consumidor, para que o produto seja comercializado, se o mesmo não for vendido, surge à necessidade de mantê-lo estocado aumentando a geração de custos;
- O lucro dos produtores sofre variações constantemente, pois o preço dos insumos e da comercialização varia de acordo com a época do ano.
- O gasto com as funções físicas, transporte e armazenamento eleva o custo do produto, no país, isto ocorre devido a grande extensão territorial, sendo que o principal meio de transporte é rodoviário.
- O ciclo de produção, principalmente com a produção animal ocorre a partir de ciclos reprodutivos. O governo também pode incentivar a produção para manter a oferta de carne bovina.
- Devido alguns produtos serem perecíveis, se não comercializados logo após a colheita, vão se depreciando com o tempo e perdendo valor de mercado.
- O volume de produção elevado aumenta os custos com armazenamento, beneficiamento e transporte.
- As intempéries climáticas dificultam nas tomadas de decisões da produção, pois corre risco constantemente.
- A maior parte dos produtos saem de um cultivo homogêneo, sendo que o mesmo produto terá preços de vendas diferenciados, de acordo com o local de procura (local, regional ou mundial).

Arbage (2006) relata que os produtores decidem a quantidade e o que produzir, baseando-se na tradição familiar, nas medidas de política agrícola e mercado para o produto, sempre visando o lucro e a continuidade dos serviços diminuindo os riscos.

Segundo Arbage (2003), ainda existem muitas propriedades destecnificadas, descapitalizadas e não incluídas diretamente no mercado, são as empresas rurais “que pararam no tempo”, não se atualizaram nas técnicas de produção e não aumentaram o capital. Porém, a maioria das propriedades de hoje estão se qualificando, pois existem técnicos especializados que dão suporte aos agricultores. Estes técnicos atuam em várias áreas, buscando o aumento e

diversificação da produtividade, diminuição de perdas e melhoria da gestão das propriedades, entre outras. Com todo este suporte, os agricultores estão cada vez mais preocupados em produzir com qualidade, ao contrário de alguns anos atrás, aonde só era levado em consideração a quantidade.

2.2.1 Agricultura em Santa Catarina

De acordo com dados da EPAGRI-SC, em Santa Catarina a produção de carnes ganhou destaque no valor bruto da produção (VBP) agropecuária. Entre os anos de 2012 e 2013, o valor bruto da produção agropecuária cresceu 22,9%, já no ano seguinte entre 2013 e 2014, este valor cresceu 5,8%, atingindo 21,4 bilhões de reais. No ano de 2014, 53% do VBP surgiu da atividade pecuária, ou seja, produção de carnes, leite, ovos e mel.

Tabela 02: Valor bruto da produção dos principais produtos da agropecuária – SC, obtido nos últimos anos

Tabela 1/I. Valor bruto da produção dos principais produtos da agropecuária - SC e posição dentre os produtos (mil reais)						
PRODUTO/SEGMENTO	2010	2011	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	Posição geral
Pecuária	8.030.061	9.057.461	8.819.316	10.742.313	11.401.386	
Carne de frango	3.111.738	3.608.760	3.373.133	4.097.444	4.069.338	1º
Carne suína	2.371.875	2.416.388	2.221.128	2.507.534	3.149.032	2º
Leite	1.542.082	1.891.481	2.145.805	2.688.746	2.687.978	3º
Carne bovina	606.321	699.894	626.373	897.380	877.279	7º
Ovos de galinha	369.432	411.434	417.581	513.014	572.550	11º
Mel	21.900	22.391	27.870	30.930	36.988	26º
Ovos de codorna	6.713	7.113	7.426	7.265	8.221	35º
Lavouras	5.951.444	5.976.495	6.028.288	7.808.434	8.387.309	
- Grãos	2.521.918	3.131.513	2.914.243	4.008.184	4.146.375	
Soja	730.264	1.031.549	877.642	1.449.428	1.761.491	5º
Milho	939.801	1.445.497	1.153.163	1.392.252	1.282.417	6º
Arroz	539.982	389.611	574.108	650.038	736.588	8º
Feijão	208.446	164.253	228.956	331.626	240.812	16º
Trigo	99.863	96.287	74.065	181.727	123.595	19º
Cevada	3.562	4.316	6.309	3.113	1.472	40º
- Demais lavouras temporárias	2.638.029	2.084.224	2.271.374	2.858.458	3.050.083	
Fumo	1.591.222	1.297.418	1.413.661	1.761.207	1.900.294	4º
Cebola	416.157	223.136	300.627	284.142	381.792	13º
Tomate	185.632	150.542	119.093	315.904	237.938	17º
Mandioca	165.540	183.565	140.860	179.218	191.407	18º
Alho	99.483	54.624	118.477	86.882	107.865	20º
Batata-inglesa	95.106	72.407	62.602	95.060	89.092	23º
Caná-de-açúcar	40.466	57.709	65.029	74.366	63.193	24º
Batata-doce	23.324	22.028	23.177	25.195	32.102	27º
Melancia	15.953	16.450	18.538	18.357	27.547	30º
Aveia	3.705	5.096	7.962	16.734	17.118	32º
Amendoim	1.441	1.249	1.348	1.393	1.735	39º
- Lavouras permanentes	791.497	760.758	842.671	941.792	1.190.851	
Maçã	440.017	407.764	434.205	451.522	634.430	10º
Banana	211.908	230.096	275.528	312.335	354.729	15º
Uva	77.090	60.327	62.488	83.311	98.693	22º
Pêssego	13.787	20.019	27.982	27.405	31.347	28º
Maracujá	4.197	5.745	5.077	25.047	28.918	29º
Laranja	24.875	19.556	18.529	19.928	19.618	31º
Pera	4.801	7.546	9.603	9.073	10.890	34º
Tangerina	4.379	4.022	5.032	7.229	7.597	37º
Caqui	4.449	4.620	3.043	4.653	3.942	38º
Figo	5.785	714	648	795	384	42º
Limão	209	349	536	494	303	43º
Silvicultura e extração vegetal	1.569.285	1.725.143	1.788.837	1.790.641	1.637.087	
Madeira para outras finalidades	733.807	845.675	829.701	754.256	676.600	9º
Lenha	287.235	359.456	360.145	368.834	420.551	12º
Madeira para papel e celulose	490.914	463.044	496.355	426.349	356.471	14º
Erva-mate	25.684	26.561	40.453	137.114	102.261	21º
Palmito	21.531	20.494	50.455	86.721	58.657	25º
Carvão	7.076	7.128	7.854	11.658	14.891	33º
Pinhão	3.038	2.785	3.874	5.709	7.656	36º
Total	15.550.790	16.759.099	16.636.441	20.341.388	21.425.782	

⁽¹⁾ Estimativa Epagri/Cepa.

Fonte: IBGE; Epagri/Cepa.

No entanto, o principal item da agropecuária catarinense economicamente, é a carne de frango aonde o valor de produção chegou a 20% do total da safra de 2013 e 2014.

A EPAGRI-SC (p. 07) destaca as principais variações de valores entre os produtos da agropecuária catarinense entre os anos de 2013 e 2014:

Entre os produtos importantes em valor, as maiores variações positivas foram da maçã (+40,5%), da cebola (+34,4%), da carne suína (+25,6%), da soja (+21,5%) e do arroz (+13,3%) (Tabela 1). No lado negativo, os produtos de maior importância econômica que tiveram decréscimos significativos no valor da produção foram o feijão (-27,4%), o tomate (-27,4%), a madeira para produção de papel e celulose (-16,4%) e para outras finalidades (-10,3%) e o milho (-7,9%).

De acordo com dados da safra de 2013/14, emitidos pela EPAGRI-SC, os melhores preços anuais foram da carne suínas devidas às exportações e ovos. O leite, aves e bovinos apresentaram diminuição de preços, mesmo a produção leiteira ganhando destaque em produção. Nas lavouras, o crescimento médio anual do VBP ficou 9%, ganhando destaque na produção de soja e diminuição de produção de feijão e milho.

O município de Quilombo pertence a Microrregião de Chapecó – SC. A tabela 03 representa alguns dados obtidos sobre esta Microrregião, de acordo com a EPAGRI-SC. Esta tabela contempla alguns produtos desta Microrregião, que são: feijão, fumo, trigo, milho, soja e leite.

Tabela 03: Dados de alguns produtos da Microrregião de Chapecó - SC

Produto	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2012/13	2013/14	2014/15 ¹	2012/13	2013/14	2014/15 ¹	2012/13	2013/14	2014/15 ¹
Feijão	5.752	7.313	5.340	8.835	11.027	8.523	1.536	1.508	1.596
Fumo	8.458	7.425	6.929	15.362	15.152	13.385	1.816	1.791	1.803
	2013	2014	2015¹	2013	2014	2015¹	2013	2014	2015¹
Trigo	15.360	20.326	18.535	45.166	41.609	48.003	2.940	2.047	2.590
Produto	Área plantada (mil ha)				Área produzida (mil t)				Part. SC (%)
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	
Milho	95	77	73	64	622	306	571	498	15,63
Soja	76,41	72,02	79,41	84,76	234,29	126,9	199,39	238,31	
Produto	Produção (milhões L)								
	2009	2010	2011	2012	2013				
Leite	579	10.638	656,4	695,4	752,4				

¹ - Dados sujeitos a alterações.

Fonte: Dados da pesquisa

Conclui-se ao analisar o rendimento médio da tabela, que entre as últimas três safras, o feijão ganhou destaque na safra de 2014/15, o fumo e o trigo na safra de 2012/13, o milho em 2013 aonde o rendimento médio foi de 7,82 (mil t/mil ha), a soja ganhou destaque em 2011 aonde o rendimento médio ficou em 3,06 (mil t/mil ha), e o leite se destacou no ano de 2010 aonde houve a maior produção.

Mattei (p.13),

[...] tanto na agricultura familiar como na não familiar, a grande maioria dos estabelecimentos tem proprietários em sua direção por 10 anos e mais, o que dá uma relativa estabilidade aos mesmos, evitando-se a rotatividade na direção desses estabelecimentos em intervalos de tempo bastante curtos.

Mattei também fala a respeito do deslocamento populacional da área rural para a área urbana, que é identificado principalmente pelos jovens, isso se deve pelo modelo rural

catarinense estar integrados a complexo agroindustriais de grande porte ou por produzir em pequena escala, não gerando ocupação para todas as pessoas da família.

2.3 Empresas rurais e contabilidade

Crepaldi (2012, p.04), destaca que “Empresário rural é aquele que exerce profissionalmente atividade econômica para a produção ou circulação de bens e serviços”. Deste modo, o trabalho do produtor rural ficou reconhecido pela criação de bens e serviços.

Para Crepaldi (2012) toda e qualquer empresa rural é constituída por três fatores de produção: terra, capital e trabalho. A terra é designada como o principal fator dentre os citados, já que ela é fundamental para por em prática os outros dois. Neste caso, o bom produtor deve cuidar e proteger o solo, conservando a eficiência produtiva e evitando o desgaste excessivo pela erosão e mau uso. O capital são os bens que são investidos sobre a terra para melhorar e aperfeiçoar a produção. E com a finalidade de aumentá-la, entre eles estão, as benfeitorias, animais de produção, máquinas, implementos agrícolas, e os insumos agropecuários. Dentre os capitais existem os fixos que duram anos e os circulantes, que são os consumidos em um ano. O trabalho compreende as atividades realizadas pelo homem, não só a produção como também o gerenciamento e controle da propriedade, este, exige conhecimento maior, pelo trabalho ser mais complexo. O Empresário possui mais serviço já que deve controlar a empresa de forma global, cabe a ele coordenar as atividades, e combinar todos os fatores de produção, visando à obtenção de lucros. O plantio de soja e milho, obtendo-se duas safras no ano é uma forma de aproveitar melhor os recursos, aproveitando o uso do solo e das máquinas, isto, é um exemplo de planejamento dentro das empresas aumentando a renda familiar.

Crepaldi (2012) retrata que as empresas rurais devem contabilizar o resultado econômico anualmente, porém não podem ser contabilizados os gastos com capitais fixos apenas em um ano, devem ser distribuídos por vários anos de acordo com a duração e o tempo de uso. Mesmo que um equipamento seja pago a vista, o custo deve ser distribuído entre os anos de uso dele. O autor também salienta a importância do manejo agrícola, aonde é importante comprar os insumos com antecedência para não correr risco de comprar na data do plantio e não encontrar a quantidade suficiente. Nesse caso, uma falha humana pode prejudicar a empresa, o atraso no plantio, pode retardar muito a safra seguinte, ocasionando sérios prejuízos.

Para Marion (2012), são consideradas empresas rurais as que se beneficiam da produtividade do solo, seja pela produção vegetal, animal ou rurais, ou seja, são as atividades agrícolas, zootécnicas e agroindustriais. As contabilidades das empresas podem ser feitas em qualquer época do ano, principalmente em casos aonde a produtividade é rotineira distribuindo-se ao longo dos 12 meses no ano. Entretanto, nas atividades rurais deve ser levado em consideração o encerramento dos serviços, por exemplo: ao término da colheita de milho, pois se fossem apurados os resultados com antecedência, a contabilidade teria pouca utilidade, já que a produção estaria em andamento.

Crepaldi (2012) afirma que o ano fiscal inicia no dia 1º de janeiro e termina dia 31 de dezembro, já o ano agrícola possui 12 meses também, porém engloba o início do cultivo e a colheita dos principais produtos da região.

Marion (2012) ainda relata, que nem todas as empresas rurais são obrigadas a fazerem a contabilidade de suas propriedades, apenas as pessoas físicas, denominadas empresas rurais de grande porte, necessitam de escrituração regular por meio de profissional qualificado no ramo contábil.

2.4 Gestão e gestor rural

Crepaldi (2012, p.03) ressalta que conhecendo os recursos naturais e as condições de mercado, facilita na escolha da atividade econômica. Para uma boa produção é preciso levar em consideração alguns tópicos como:

1. tomar decisão sobre **o quê** produzir, baseando-se nas condições de mercado e dos recursos naturais de seu estabelecimento rural;
2. decidir sobre **o quanto** produzir, levando em consideração fundamentalmente a quantidade de terra de que dispõe, e ainda o capital e a mão de obra pode empregar;
3. estabelecer o modo **como** vai produzir, a tecnologia que vai empregar, ou seja, se vai mecanizar ou não a lavoura, o tipo de adubo a ser aplicado, a forma de combater as pragas e doenças etc.;
4. **controlar** a ação desenvolvida, verificando se as práticas agrícolas recomendadas estão sendo aplicadas corretamente e no devido tempo;
5. **avaliar** os resultados obtidos na safra medindo os lucros ou prejuízos e analisando quais as razões que fizeram com que o resultado alcançado fosse diferente daquele previsto no início de seu trabalho.

Para o autor, Crepaldi (2012, p.03) “A Administração Rural é, portanto, o conjunto de atividades que facilita aos produtores a tomada de decisões ao nível de sua unidade de produção, a empresa agrícola, com o fim de obter o melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra”.

Crepaldi (2012) opina sobre uma administração rural moderna, aonde os agricultores podem gerenciar suas propriedades estabelecendo metas a serem cumpridas. Dotando-se de planejamento, controle e tomada de decisão, é possível obter resultados como rendimentos adicionais, diluição de custos e economizar insumos, ou seja, a propriedade será um exemplo de sucesso com a prática da gestão interna.

Crepaldi (2012, p.40) aponta um método para melhorar o planejamento agrícola, aonde primeiro é preciso analisar a propriedade, para depois adotar medidas de mudanças e traçar novas estratégias. Os primeiros passos a seguir, abordam os seguintes itens:

1. características gerais da organização: estrutura jurídica acionária; influências;
2. *objetivos e estratégia*: metodologia de definição dos objetivos; estratégias adotadas e investimentos realizados;
3. *finanças*: administração financeira; balanços e contas de resultados; fontes e aplicações de recursos; planejamento e previsão financeira;
4. *sistemas administrativos e práticas adotadas*: estrutura organizacional; processo de tomada de decisão; comunicação; sistema interno de informações; planejamento e controle; técnicas empregadas; cultura organizacional;
5. *recursos humanos*: administração de pessoal; quadro de pessoal; remuneração e motivação;
6. *conclusões sobre o estado atual da administração*.

É importante que o gestor rural, analise o empreendimento como se não tenha vínculos com ele, para conseguir um gerenciamento mais preciso. As características marcantes de um gestor rural são: conhecimento técnico, sensibilidade, e competência pelo diagnóstico da empresa. A gestão agrária engloba três aspectos: técnico, econômico e financeiro.

Sob o aspecto técnico, estuda-se a possibilidade de plantio de determinada cultura vegetal ou criação de gado na área rural, isso implica a escolha das sementes, os implementos a serem usados, tipos de alimentação do gado, a rotação de culturas, espécies de fertilizantes e o sistema de trabalho, etc.

No aspecto econômico, estudam-se várias operações a serem executadas, quanto ao seu custo e aos seus resultados, isto é, custo de cada produção e sua recuperação, através do qual se obtém o lucro.

Considera-se o aspecto financeiro quando se estudam as possibilidades de obtenção de recursos monetários necessários e o modo de sua aplicação, ou seja, o movimento de entradas e saídas de numerários, de modo a manter o equilíbrio financeiro do negócio. (CREPALDI, 2012, p. 41).

Segundo Oberherr (2005, p.81):

“Diante das constantes mudanças no mercado e a evolução das atividades agrícolas, e os altos investimentos que estas necessitam, o processo de produção tem que ser altamente eficiente para não haver nenhum desperdício e obter bons resultados. Portanto, é de fundamental importância a utilização de controles para gerenciamento das atividades, que possibilitem acompanhar a performance das mesmas, a utilização da capacidade produtiva. A apuração dos custos, o volume de produção e o acompanhamento permanente das atividades que a propriedade desenvolve”.

Segundo Feldmann (2007, p.66), “[...] uma empresa ou propriedade rural, independente do tamanho ou ramo de atuação, necessita da implantação de um método de custeamento para controlar, identificar e solucionar falhas e deficiências que possam estar ocorrendo”.

Salienta CrepalDI (2012), que um fato que acontece entre a maioria dos agricultores é que não anotam os acontecimentos, no entanto, estes são esquecidos e não são contabilizados na contabilização dos produtos. Em geral, quem contabiliza a empresa rural faz uma mistura de gastos, não separando gastos fixos de sua vida cotidiana de seus gastos com a atividade agrícola, com esta mistura não é possível apurar o lucro adequadamente. Atualmente, os sistemas de contabilização mais utilizados são manuais e eletrônicos, por meio de computadores. As empresas menores ainda usam o sistema manual pra controlar seus gastos, finanças, produtividade, etc.

3. METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

De acordo com Demitruk (2012), a pesquisa bibliográfica nada mais é, do que um conjunto de procedimentos, com a finalidade de coletar, analisar e sintetizar conteúdos teóricos sobre determinado assunto, aonde torna-se possível elaborar um texto sobre o estudo em questão. No entanto, a revisão bibliográfica é constituída por quatro tópicos: levantamento bibliográfico, aonde se coleta obras conforme o tema escolhido; lê-se o material; registra-se e documentam-se os tópicos analisados; e por fim, fundamenta-se a pesquisa, aonde coloca-se no papel em forma de textos os pressupostos teóricos.

Os diferentes tipos de *trabalhos acadêmicos* compartilham características como a *racionalidade*, a *objetividade* e a *tentativa de analisar e explicar* um assunto, descobrir suas relações com outros assuntos, com base em fundamentos teóricos e metodológicos. No entanto, cada um desses documentos acaba sendo planejado e redigido conforme sua natureza e critérios rigorosos como *consistências*, *complexidade*, *profundidade* e *originalidade*. Cada um tem formato e estruturação lógica específica [...]. (DEMITRUK, 2012, p. 65).

Para Demitruk (2012), uma pesquisa de campo deve ser seguida de uma descrição analítica para relatar o que foi visto e aprendido no local de estudo.

Segundo a NBR 6022 (ABNT, 2003), “Artigo científico é parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento”.

Os principais tipos de artigos são: Artigos de resultado de pesquisa; Artigos de revisão teórica e Artigo de relato de experiências. O artigo em questão está baseado no primeiro e último tópico citado, aonde foi elaborado uma pesquisa de campo, informando métodos,

técnicas e processos, com a finalidade de mostrar os resultados, mas por outro lado, também foram relatadas as experiências e vivências dentro das propriedades rurais.

3.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada em algumas propriedades rurais do município de Quilombo-SC que trabalham com olericultura. A maior parte destas propriedades possui mais de um ramo de produção, ou seja, não dependem apenas da olericultura. A pesquisa foi realizada através de questionários, aonde os produtores responderam baseando-se na agricultura familiar que suas propriedades possuem. A escolha das propriedades analisadas se deu de forma que a pesquisa pudesse abranger a maior quantidade de propriedades dentro de um ramo de produção. Deste modo, como a olericultura é uma atividade praticada por poucos agricultores no município, foi possível analisar a maior parte destas propriedades.

A pesquisa foi realizada in loco, aonde foi aplicado um questionário para cada propriedade em estudo. Os questionários foram desenvolvidos através de entrevista, aonde foram preenchidos com os dados obtidos. A coleta dos dados ocorreu em um período de quinze dias, durante o mês de dezembro de 2016, tempo este necessário para se deslocar até as propriedades em questão.

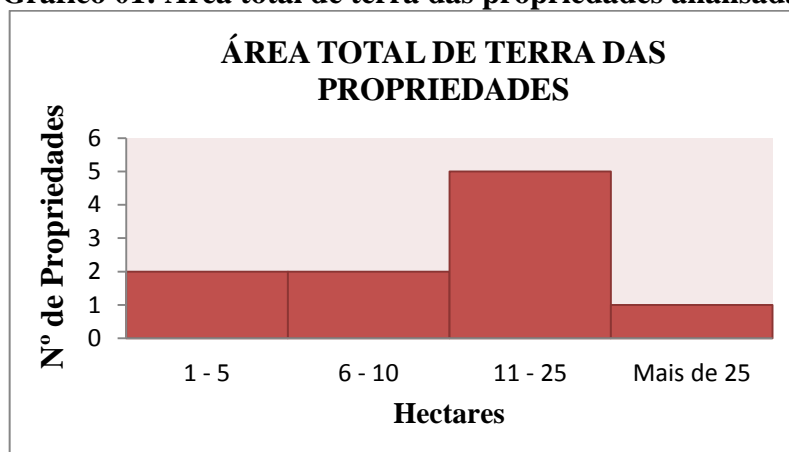
O questionário foi aplicado em 10 propriedades, localizadas em setes comunidades do interior do município. Durante a pesquisa, alguns produtores comentaram que não trabalham com olericultura o ano todo, pois plantam poucas variedades, de acordo com a época de cultivo das mesmas.

O questionário elaborado possui onze perguntas, com diversas alternativas, sendo a maior parte delas descritivas qualitativas, e algumas quantitativas também. As perguntas foram classificadas em três tópicos, aonde contemplam: características das propriedades; processo decisório quanto a forma de produção; e a prática da gestão de custos dentro da propriedade, apenas na atividade de olericultura.

O principal objetivo foi analisar se é feito e como é realizado o controle e gerenciamento de custos na propriedade, quem pratica a gestão e quais as dificuldades encontradas no processo. Outro item em destaque foi verificar a importância que os produtores apresentam em relação a prática da gestão de custos. Em meio a análise, também foi verificado quais são os ramos produtivos da cada família em questão e área de terra destinada ao cultivo de olericultura.

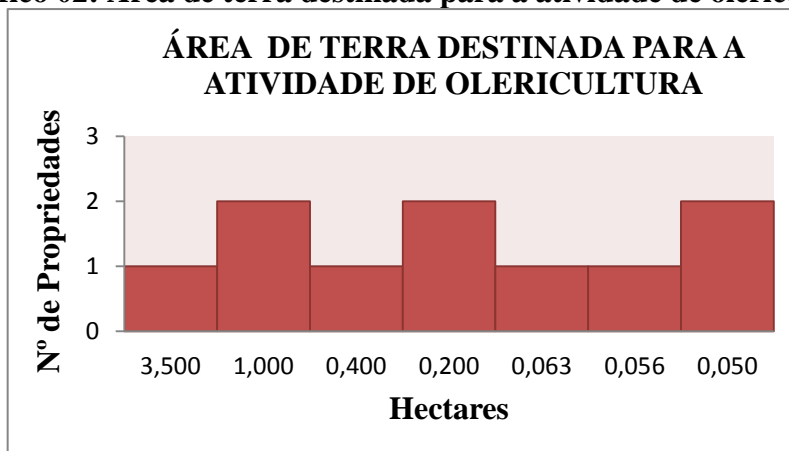
4. RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

De acordo com a pesquisa, de todas as propriedades analisadas, somente duas delas trabalham apenas com olericultura, as demais possuem outros ramos produtivos, sendo que possuem no mínimo outras duas atividades. Dentre estas propriedades analisadas, as atividades praticadas são: olericultura, lavouras, pecuária, produção leiteira e bovinocultura. O gráfico 01 mostra a área total de terra que as propriedades analisadas possuem.

Gráfico 01: Área total de terra das propriedades analisadas

Fonte: Elaborado pelo autor

Das 10 propriedades, apenas uma possui mão-de-obra contratada, as outras utilizam apenas mão-de-obra familiar para o cultivo da olericultura. Todas as famílias possuem duas ou três pessoas que se dedicam exclusivamente a esta cultura. No entanto, percebe-se que a maioria das propriedades que trabalham neste ramo já são experientes nesta cultura, pois todas possuem entre sete e vinte e dois anos de experiência, exceto uma que iniciou o cultivo a apenas um ano. O gráfico 02 mostra a quantidade de terra que as propriedades destinam para o cultivo da olericultura.

Gráfico 02: Área de terra destinada para a atividade de olericultura

Fonte: Elaborado pelo autor

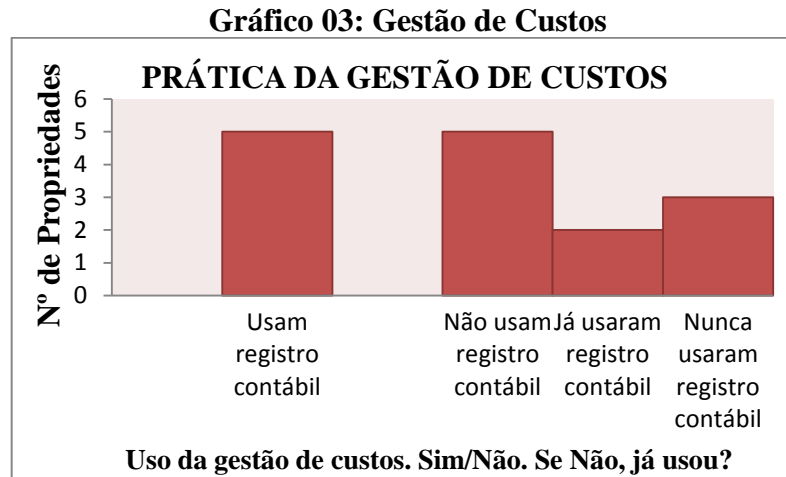
O sistema de produção mais utilizado nas propriedades analisadas é o convencional, sendo que 20% do total cultivam através da agroecologia. Das 10 amostras, 70% das famílias julgam não envolver altos investimentos antes de fazerem melhorias nas propriedades, 20% levam em consideração o aumento da produtividade, e 10% relacionam o aumento da produtividade com o risco que a melhoria pode apresentar.

Os produtores se sentem confiantes para enfrentarem os riscos de produção quando decidem de acordo com seus próprios palpites e observações e, quando seguem orientações de técnicos e especialistas em agricultura. Dentre eles, todos apoiam os avanços tecnológicos, julgam importantes, pois eles surgem para facilitar o manejo e cultivo, podendo gerar aumento de produção.

Do total, três das propriedades em questão fizeram inovações nos últimos cinco anos, aonde uma partiu do sistema convencional de plantio para o cultivo hidropônico, outra implantou a técnica de cultivo em vasos, e a outra criou um espaço adequado para lavagens de

hortaliças. Estes ficaram sabendo destas inovações através dos meios de comunicações, colégio agrícola, Sindicatos e Bancos.

O gráfico 03, mostra o número de propriedades que utilizam a gestão de custos, e dentre as que não praticam nenhum exercício contábil, se já utilizaram algum meio de controlar as entradas e saídas da propriedade.



Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre as amostras, 50% utilizam algum registro contábil em sua propriedade para a atividade de olericultura, sendo que 80% deste percentual, usam caderno de receitas e despesas (livro caixa) e 20% guarda notas fiscais.

No entanto, dos 50% que não praticam gestão de custos, 40% já praticaram algum tipo de registro contábil, mas desistiram por falta de tempo e desinteresse, pois não acham necessário. Os outros 60%, nunca praticaram pois não tiveram instruções e não consideram necessário em suas propriedades.

Quanto ao grau de escolaridade, de quem exerce o papel de gestor nas propriedades, 60% possuem 1º Grau incompleto, 20% possui 1º Grau completo e 20% possui ensino superior completo.

Apesar da baixa escolaridade dos gestores, 70 % das famílias das propriedades analisadas, confirmaram que algum componente da mesma já fez algum curso na área de gestão de custos. Estes foram realizados através das entidades: Sebrae, Epagri, Colégio Agrícola Casa Familiar Rural, Unochapecó e Unopar.

Constatou-se que todas as propriedades que possuem gestor rural, possui algum componente familiar formado em algum curso na área, e que os 30% que nunca tiveram contato com esta função, não fizeram nenhum curso.

De acordo com os dados obtidos, a propriedade que possui mais área terra, trabalha com lavouras e pecuária, destinando apenas 5% da área total para a atividade de olericultura.

Dentre todas as propriedades, a que utiliza mais área para a olericultura, trabalha com bovinocultura e olericultura, sendo que 40% da área é destinada a bovinocultura.

As maiores dificuldades encontradas por quem pratica a gestão de custos, durante o exercício de gestor, na atividade de olericultura são: situações inesperadas, (necessidade de compra de materiais/produtos que não faziam parte do planejamento), variação de preços na venda dos produtos, falta de prática ou habilidade, pouco conhecimento sobre o assunto, falta de hábito e principalmente falta de tempo disponível e dedicação.

Todas as famílias julgam importante a prática da gestão de custos, pois com o exercício da mesma é possível obter grandes rendimentos as propriedades, analisar aonde ocorre desperdícios, obter de forma clara as despesas e o lucro gerado, e desta forma é possível ter um controle dos acontecimentos da propriedade que resultaria em maior segurança frente as atitudes que podem ser tomadas, e ver se é preciso mudar algo no meio de produção.

5. CONCLUSÃO

O estudo demonstrou que as pessoas que trabalham na agricultura do município de Quilombo, com a atividade de olericultura, atribuem uma relevante importância à prática da gestão de custos dentro das propriedades. Consideram este exercício eficaz, como uma forma de trabalhar com mais segurança e confiabilidade, pois se torna possível analisar as falhas e as necessidades de mudanças na forma de cultivo habitual.

Acima de tudo, apesar de se posicionarem a favor da gestão de custos, apenas a metade das famílias analisadas, possuem um membro que exerce o papel de gestor de custos na propriedade. Percebe-se a presença de dificuldades para exercer este papel, principalmente quando o gestor se depara com situações inesperadas, possui pouco tempo disponível ou até mesmo quando acaba perdendo o interesse pela prática.

No entanto, parte das famílias que não praticam este controle interno nas propriedades, alegaram que já exerceram o papel de gestor rural em alguma época, mas desistiram da função em virtude de falta de tempo, desinteresse, e não veem a necessidade desta prática na propriedade.

Constatou-se que 70% das famílias disseram que alguém da propriedade já fez algum curso da área de gestão de custos, ou seja, apenas 30% não tiveram conhecimento sobre este exercício. Deste modo, o motivo por ter várias pessoas que nunca praticaram a gestão, pode ser pela falta de instrução e pouco conhecimento sobre o assunto. Ficou claramente notável que o grau de escolaridade do gestor rural, não interfere para exercer este papel, mas os cursos proporcionaram conhecimento e facilidade para o exercício da função.

No entanto, nota-se que os proprietários que possuem menor quantidade de terra, possuem área equivalente entre 1 à 5 hectares, e o maior produtor de olericultura em área de terra, cultiva 3,5 hectares, sendo assim, nota-se que a área destinada para a olericultura é baixa em relação a área total das propriedades.

As famílias que trabalham com olericultura possuem várias atividades na propriedade, exceto duas que trabalham somente com este cultivo, as outras trabalham também com lavouras, pecuária, produção leiteira e bovinocultura. Nem todos os olericultores exercem esta função o ano todo, pois alguns plantam poucas variedades que devem ser cultivadas em épocas distintas.

A maioria dos produtores analisados cultivam pelo sistema de produção convencional, e são experientes no ramo de produção. Os mesmos se sentem confiantes para enfrentarem os riscos de produção quando são orientados por pessoas especialistas no ramo, e quando seguem suas próprias intuições. Todos apoiam as tecnologias e inovações, sendo que poucos fizeram inovações nos últimos cinco anos, porém, alguns não gostam de envolver altos investimentos na propriedade e outros pensam no aumento da produtividade antes de optarem por melhorias na propriedade.

Diante do exposto observou-se a importância da gestão de custos para o crescimento econômico e desenvolvimento regional, os custos de produção de alimentos influenciam

diretamente a inflação, ou seja, uma boa gestão de custo pode ajudar ao produtor a melhorar desempenho de sua atividade e evitando gastos, custos desnecessários oferecendo alimentos com preços menores. Com essa redução de custos conseqüentemente diminuição de preços final a população pode utilizar o dinheiro que será poupado na compra desses produtos para realizar investimentos, poupando para gastos futuros e ou até mesmos comprando outros produtos, movimentando a economia e ajudando no desenvolvimento.

Uma proposta de estudo, para quem desejar prosseguir com pesquisas neste assunto, seria analisar e avaliar em valores reais, dos custos da olericultura e das outras atividades desenvolvidas nas propriedades estudadas buscando medir qual o ganho das propriedades que tem a gestão de custo em relação as demais.

REFERÊNCIAS

Livro:

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Economia rural: conceitos básicos e aplicações**. Edição atual. Chapecó: Argos, 2003. 303 p. (Didáticos).

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Fundamentos de economia rural**. Chapecó: Argos, 2006. 272 p.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Nobel, 2002. 509 p. ISBN 8521311974.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 386 p. ISBN 9788522471140 (broch.).

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 274 p. ISBN 9788522469499 (broch.).

MATTEI, Lauro. **Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina**. Disponível em: < <http://necat.ufsc.br/files/2011/10/Lauro-20100.pdf> >. Acesso em: 18 out. 2016.

Norma Técnica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**. Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

Órgão Estadual:

EPAGRI. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2014-2015**. Disponível em: < http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_2015.pdf >. Acesso em: 18 out. 2016.

Teses e Dissertações:

FELDMANN, Adriane Regina; ZANIN, Antônio. **A contabilidde de custos como instrumento para a tomada de decisão: caso aplicado a uma pequena propriedade com produção leiteira**. 2007. 70 f. Monografia (Conclusão do curso de Ciências Contábeis) -- Universidade Comunitária Regional de Chapecó, 2007.

OBERHERR, Cleiton; OENNING, Vilmar. **Gestão econômica e financeira voltada para propriedades rurais: um estudo de caso aplicado em propriedade do oeste de Santa Catarina**. 2005. 85 f.: Monografia (Conclusão do curso de Ciências Contábeis) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó, 2005.